

Tarifa reflete peso econômico do Brasil

Assis Moreira
de Genebra

A estrutura tarifária do Mercosul é muito mais próxima dos interesses e da estrutura industrial do Brasil, o que é normal, porque reflete o peso econômico e político do País na região. É o que conclui estudo dos economistas Marcelo Olarreaga, da Organização Mundial de Comércio (OMC), e Isidro Soloaga, do Banco Mundial.

De maneira geral, a Tarifa Externa Comum (TEC) e suas variações refletem o lobby de setores industriais do bloco. Porém, primeiramente, elas refletem os interesses do Brasil, que é o maior parceiro, com 70% da produção do mercado regional, e isso é crucial para o sucesso e a consolidação dos esforços de integração.

“São o lobby do setor industrial é refletido nas tarifas, então o bloco é politicamente viável, porque leva em conta as diferenças internas das economias do Mercosul”, registra o trabalho. “Os países fizeram um grande esforço de abertura comercial, mas ao mesmo tempo foi considerado o interesse econômico de cada um.”

A tese de que o Mercosul goza de uma proteção elevada contra o resto do mundo, porque a TEC é duas vezes superior à média tari-

fária dos países industrializados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é relativizada no estudo publicado pela Divisão de Pesquisa e Análise Econômica da OMC em março, mas que guarda sua atualidade, na opinião de especialistas em Genebra.

Olarreaga e Soloaga argumentam que a TEC fixada em Ouro Preto, em 1994, é apenas 0,1% superior à média tarifária do Chile – o exemplo latino-americano

desta década – e oito vezes inferior à média tarifária do Brasil em 1986. Naquele ano, a média brasileira era de 80%, na Argentina de

41%, no Paraguai de 20% e no Uruguai de 36%, enquanto agora ficaria entre 8% e 14%. Isso mostra não apenas um esforço de liberalização, mas também que a região tende, na média, a ser mais aberta se os objetivos de Ouro Preto forem alcançados.

Os especialistas exemplificam com a taxa de integração dos países membros do Mercosul no mundo e no próprio bloco, 10 vezes maior no período 1991-1995 que na década anterior, confirmando que

o Mercosul é um sucesso em termos de volume de comércio.

O estudo mostra que alguns especialistas consideram o Mercosul uma “união aduaneira incompleta” porque de 9.119 linhas tarifárias, quase 30% estavam submetidas em pelo menos um dos países membros a variações externas da TEC ou a variações do livre comércio regional. As variações da TEC (para cima ou para baixo) da Argentina representavam 16,9% das linhas tarifárias,

17,6% para o Brasil, 23% para o Paraguai e 21% para o Uruguai. No comércio dentro do próprio Mercosul, o Brasil desviava, ou protegia, apenas

0,2%, a Argentina 2,5%, o Paraguai 3,3% e o Uruguai 4,4%.

Através de tarifas superiores à TEC, o Brasil protegia especialmente setores como calçados, máquinas, equipamentos de transportes, equipamentos científicos e profissionais. A Argentina protegia têxteis, calçados, papel, produtos plásticos e aço, enquanto que o Uruguai protegia especialmente seus setores de têxteis e vestuário, além de produtos minerais não metálicos. O Paraguai

protegia vestuário, calçados e produtos de madeira.

Já com tarifas mais baixas da média da TEC, Paraguai e Uruguai facilitam as importações justamente de setores que o Brasil protege: máquinas elétricas, equipamentos de transportes e equipamentos profissionais e científicos.

Olarreaga e Soloaga constatarem também que as tarifas internas (aplicadas às importações entre os países do Mercosul) são mais elevadas nos setores onde o exportador tem vantagens comparativas. De 9.119 linhas tarifárias, o Brasil só se protegia, mas fortemente, em 21, enquanto não havia livre comércio para 231 produtos na Argentina, 293 no Paraguai e 407 no Uruguai. Paraguai e Uruguai se protegiam no comércio regional, porque como economias pequenas temem mais uma inundação de produtos do Brasil e Argentina do que o resto do mundo.

No ano 2000, quando haverá total livre comércio dentro do bloco, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai vão aumentar ainda mais os negócios entre eles. Assim, produtores de têxteis, calçados, produtos de madeira e principalmente de alimentação vão poder ter importantes ganhos adicionais.

Para concluir, o estudo diz que o Mercosul parece estar na boa direção, e sobretudo que veio para ficar.

Com alíquotas superiores à TEC, o Brasil protegia especialmente os setores de calçados e equipamentos